



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO:

A Diretoria da SAMP Espírito Santo Assistência Médica, em cumprimento aos preceitos legais, apresenta o Relatório de Administração; as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018; acompanhada das Notas Explicativas bem como do Relatório de Opinião dos Auditores independentes.

A Operadora obteve crescimento de 12% na receita com planos de saúde em 2018 em relação a 2017.

Continuará em 2019 participando de ações voltadas para o social, cultural, ambiental e incentivo ao esporte no estado do ES.

Inaugurou em 2018, uma nova clínica própria no município de Cachoeiro de Itapemirim. Manteve foco nos programas de prevenção e promoção à saúde e investimentos em TI, mantendo sua Reacreditação em 2018 pela ANS com certificação nível I.

A SAMP encerrou o exercício de 2018 com 429 colaboradores, sendo 9% pós-graduados, 16% com ensino superior completo e 75% com 2º. Grau completo.

Investirá em 2019 na expansão de suas atividades no Interior do ES, com previsão de três novas clínicas próprias nos municípios de Linhares, São Mateus e Colatina, além de um novo PA, um Centro de Diagnóstico em Vitória e um novo PS no município de Cariacica.

Continuará a qualificar o atendimento nas Unidades Próprias; Incentivará a adesão dos beneficiários aos programas de medicina preventiva e incentivará a cultura do Parto Adequado (Parto Normal).

E cumpre informar que a Operadora tem perspectiva de alteração no quadro societário.





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
QUOTISTAS e ADMINISTRADORES da
SAMP ESPÍRITO SANTO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.
Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SAMP ESPÍRITO SANTO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SAMP ESPÍRITO SANTO ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 9, a qual descreve a atual situação relacionada a valores depositados judicialmente para discussão de tributos federais, em face de execução fiscal, os quais a entidade e seus assessores jurídicos entendem como prescritos e de perda remota. Nossa opinião não contem ressalvas relacionadas a este assunto.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de



erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2019.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S GRC-PR N° 4552/O-5 S/ES

> Moacir José Grunitzky CRC-PR Nº 025.759/O-1 S/ES



Vitória - ES

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.



Vitória - ES

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em R\$ Mil)

ATIVO

	Nota	<u>2018</u>	2017
ATIVO CIRCULANTE		118.765	91.255
Disponível	4	<u>166</u>	141
Realizável		118.599	91.114
Aplicações Financeiras	5	106.006	74.766
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		56.832	46.311
Aplicações Livres		49.174	28.455
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	11.174	13.877
Contraprestação Pecuniária a Receber		11.174	13.877
Créditos Tributários e Previdenciários	7	1.344	2.036
Bens e Títulos a Receber	8	1	124
Despesas Antecipadas		74	311
ATIVO NÃO CIRCULANTE		12.586	12.898
Realizável a Longo Prazo		4.598	3.395
Créditos Tributários e Previdenciários	7	1.614	1.555
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	2.984	1.840
Investimentos	10	11	13
Imóveis Destinado a Renda		11	13
Imobilizado	11	7.976	9.487
Imóveis de Uso Próprio		4.086	5.689
Imóveis - Não Hospitalares		4.086	5.689
Imobilizado de Uso Próprio		2.054	2.270
Não Hospitalares		2.054	2.270
Imobilizações em Curso		568	_
Outras Imobilizações		1.268	1.528
Intangível	12	1	<u>3</u>
TOTAL DO ATIVO		131.351	104.153

"As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis"



Vitória - ES

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em R\$ Mil)

PASSIVO

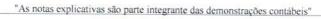
	Nota	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE		64.839	49.766
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13	58.514	45.378
Provisões de Contraprestações		2.619	2.689
Provisão de Contraprestação não Ganha - PPCNG		2.619	2.689
Provisão para Eventos a Liquidar para o SUS		6.725	6.673
Provisão para Eventos a Liquidar Outros Prestadores Serviços Assistenciais		19.435	3.403
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		29.735	32,613
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		170	140
Receita Antecipada de Contraprestações		170	140
Provisões		1.421	1
Provisão para IR e CSLL		1.421	1
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	14	2.673	2.218
Débitos Diversos	15	2.061	2.029
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.463	1.755
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		225	760
Provisão para Eventos a Liquidar para o SUS	13	225	760
Provisões		1.238	995
Provisões para Ações Judiciais	16	1.238	995
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	65.049	52.632
Capital Social		33.220	33,220
Reservas		31.829	19.412
Reservas de Lucros		31.829	19.412
TOTAL DO PASSIVO		131.351	104.153



Vitória - ES

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em R\$ Mil)

	Nota	<u>2018</u>	2017
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		409.111	365.605
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		417.796	372.327
Contraprestações Líquidas		417.796	372.327
(-) Tributos Diretos de Oper. c/Planos Assistência à Saúde da Operadora		(8.685)	(6.722)
Eventos Indenizáveis Líquidos		(312.875)	(278.694)
Eventos Conhecidos ou Avisados		(315.753)	(272.178)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		2.878	(6.516)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		96.236	86.911
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora		12.676	9.496
Outras Receitas Operacionais		12.676	9.496
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(14.179)	(10.824)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(6.307)	(8.608)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(912)	-
Provisão para Perdas sobre Créditos		(6.960)	(2.216)
Outras Despesas Oper. Assist. Saúde Não Relac.c/Planos Saúde da Operadora		(251)	
RESULTADO BRUTO		94.482	85.583
Despesas de Comercialização	17	(19.971)	(20.200)
Despesas Administrativas	18	(62.985)	(62.944)
Resultado Financeiro Líquido	19	5.202	5.024
Receitas Financeiras		7.432	6.523
Despesas Financeiras		(2.230)	(1.499)
Resultado Patrimonial		1.030	(322)
Receitas Patrimoniais		1.081	35
Despesas Patrimoniais		(51)	(357)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		17.758	7.141
Imposto de Renda		(2.712)	(2.155)
Contribuição Social		(985)	(778)
(+) Reversão dos Juros do Capital Próprio		1.400	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO		<u>15.461</u>	4.208





Vitória - ES

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em R\$ Mil)

 Resultado do Exercício
 2018
 2017

 15.461
 4.208

RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO 15.461 4.208





Vitória - ES

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em R\$ Mil)

			Reservas		
Discriminação	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total	Total
SALDOS EM 31/DEZ./2016	27.620	16.392	-	16.392,00	44.012
Aumento de Capital	5.600	8	-	-	5.600
Resultado do Exercício	-	-	4.208	4.208	4.208
Distribuição de Lucros	-	-	(1.188)	(1.188)	(1.188)
Retenção de Lucros	_	-	-	-	-
SALDOS EM 31/DEZ./2017	33.220	16.392	3.020	19.412	52.632
Aumento de Capital	-	-	-	_	-
Resultado do Exercício	-	-	15.461	15.461	15.461
Distribuição de Lucros	-	-	(1.644)	(1.644)	(1.644)
Juros S/Capital Próprio	-	-	(1.400)	(1.400)	(1.400)
Retenção de Lucros	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31/DEZ./2018	33.220	16.392	15.437	31.829	65.049

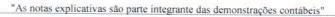




Vitória - ES

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em R\$ Mil)

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Planos de Saúde	420.011	271 276
Resgate de Aplicações Financeiras	439.011	374.376
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	291.727	84.951
Outros Recebimentos Operacionais	3.315	6.010
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	2.194	(2(7,250)
Pagamento de Comissões	(294.480)	(267.259)
Pagamento de Pessoal	(19.914)	(20.200)
Pagamento de Pró-Labore	(16.182)	(16.212)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(919)	(869)
Pagamento de Serviços de Terceiros Pagamento de Tributos	(19.691)	(18.491)
	(33.378)	(31.293)
Pagamento de Aluguel	(2.751)	(2.413)
Pagamento de Promoção/Publicidade	(2.471)	(4.413)
Aplicações Financeiras	(320.929)	(88.185)
Outros Pagamentos Operacionais	(24.113)	(24.469)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.419	(8.467)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado - Outros	2.500	
Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	15	35
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(865)	(482)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	1.650	(447)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital em Dinheiro		
Recebimento - Empréstimos/Financiamentos	-	5.600
	1.500	20.778
Pagamento de Amortização / Juros - Empréstimos/Financ./Leasing	(1.500)	(20.778)
Pagamento de Participação nos Resultados / JCP	(3.044)	(1.188)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(3.044)	4.412
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	<u>25</u>	(4.502)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	25	(4.502)
CAIXA - Saldo Inicial	141	4.643
CAIXA - Saldo Final	166	141
Ativos Livres no Início do Período	28,596	22.803
Ativos Livres no Final do Período	49.340	28.596
Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ RECURSOS LIVRES	20.744	<u>5.793</u>





Vitória - ES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em R\$ Mil)

1. Contexto Operacional

A operadora está habilitada à prática das atividades que lhe são atribuídas pela regulamentação aplicável, e tem como objetivo social a administração, a comercialização e operacionalização de planos e convênios de saúde.

Através do Ofício nº 14/2019/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE, datado de 09 de fevereiro de 2019, a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS deferiu o pedido de Autorização para Transferência de Controle Societário desta operadora.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis Adotadas

As demonstrações contábeis referentes ao período findo em 31/dez.2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, nas normas estabelecidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão estabelecido pela ANS, também está sendo apresentada a conciliação pelo método indireto das atividades operacionais conforme previsto pelas normas contábeis em vigor.

A autorização para a conclusão das demonstrações contábeis foi dada pela administração em 15/02/2019.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão descritas a seguir:

a) Apuração do Resultado

Receitas: O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As Contraprestações provenientes das operações de planos na modalidade de preço preestabelecido são apropriadas à receita pelo valor correspondente ao rateio diário do período de cobertura do risco;





Custo: Os Eventos Conhecidos ou Avisados são apropriados à despesa, considerandose a data de apresentação da conta médica, do aviso pelos prestadores ou do Aviso de
Beneficiários Identificados - ABI, pelo seu valor integral, no primeiro momento da
identificação da ocorrência da despesa médica, independente da existência de qualquer
mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou
indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. O
fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. Naqueles casos em que esse
atendimento ocorrer sem o conhecimento da entidade, o reconhecimento da despesa se
dá com a constituição da Provisão Técnica específica (PEONA), nos moldes da
regulação em vigor. A operadora não realizou operações de compartilhamento de riscos
de forma continuada com outras operadoras.

b) Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c) Disponível

Incluem saldos de caixa e saldos positivos em conta bancária de livre movimento.

d) Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras para negociação são avaliadas a valor de mercado, e os rendimentos auferidos são reconhecidos no resultado.

A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras vinculadas a provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

e) Contraprestações Pecuniárias a Receber

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de Provisão de Contraprestação Não Ganha, sendo que ao término de mês, o valor pro rata referente ao período de cobertura do período findo é reclassificado para conta de resultado de Contraprestações Efetivas de Operações de Assistência à Saúde para os Planos Médico-Hospitalares de Beneficiários.

A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, para planos coletivos, e há mais de 60 dias, para planos individuais. A administração da entidade revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira.

f) Créditos Tributários e Previdenciários

São decorrentes de retenções, pagamentos indevidos ou a maior de tributos.



g) Bens e Títulos a Receber

Decorrentes de adiantamentos realizados e demais valores a receber.

h) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

i) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável.

j) Avaliação do Valor Recuperável de Ativos (Teste de "impairment")

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

k) Provisões Técnicas

A provisão para eventos ocorridos e não avisados é calculada com base em metodologia estabelecida pela RN ANS nº 393/15 e alterações.

A provisão de eventos a liquidar é registrada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde, efetivamente recebidas pela operadora, conforme determinado pela ANS.

A PPCNG é constituída a partir do início de vigência ou da emissão da nota fiscal, o que ocorrer primeiro e revertida mensalmente, no último dia de cada mês, com relação ao risco decorrido, para registrar a receita de prêmio ou contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil.

1) Imposto de Renda e Contribuição Social

As obrigações de imposto de renda, contribuição social e demais tributos e contribuições são calculadas com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real e, atingindo os limites previstos na legislação acrescenta o adicional de 10%. A contribuição social é provisionada à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado, conforme legislação em vigor.



m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Ativos Contingentes: São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

Passivos Contingentes: São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;

Obrigações Legais: São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

n) Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4. Disponível

	Exercicios		
	2018	2017	
Caixa	5	5	
Bancos conta movimento	161	136	
Total	166	141	

Aplicações Financeiras

5.1 Garantidoras de Provisões Técnicas:

		Exercicios
	2018	2017
Aplicação Ativos Garantidores		
Itaú Bank - Saúde	33.869	32,229
Santander Saúde ANS	9.975	9.490
		31129





Santander Fi ANS II	12.988	4.592
Subtotal	56.832	46.311

A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras que lastreiam provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

5.2 Aplicações Livres:

	-	Exercícios
	2018	2017
CDB DI Santander	12.420	4.665
Santander Corporate	12.483	11.846
CEF Aplicação FI Mega	1.125	777
Banestes Aplicação Auto FI RF	6.880	692
Santander CDB Contamax Empresarial	519	1.263
Itaú Aplicação Auto Mais	15.747	4.288
Santander RF Compromissada		4.924
Subtotal	49.174	28.455
Total	106.006	74.766

6. Contraprestações Pecuniárias a Receber

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos conveniados dos planos de saúde da entidade, conforme segue:

		Exercícios
	2018	2017
Planos médico-hospitalares		
Planos coletivos	16.250	16.523
Planos individuais	1.684	1.475
Coparticipação	324	74
Subtotal	18.258	18.072
Provisão para perdas sobre créditos	(7.084)	(4.195)
Total líquido	11.174	13.877

7. Créditos Tributários e Previdenciários

	Exercícios			
	2018		2	017
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IR a Compensar/Restituir	1.152	-	1.175	-
Crédito Previdência Social (i)		1.614	700	1.555
Créditos de PIS/COFINS	45		14	
Contrib. Social Retida na Fonte	147	-	147	1-
Total	1.344	1.614	2.036	1.555



(i) Trata-se de Ação Declaratória ajuizada pela Samp Espírito Santo Assistência Médica S/C Ltda., em face do INSS visando declarar a inexigibilidade da cobrança da contribuição previdenciária sobre os pagamentos realizados pela empresa, na qualidade de operadora de plano de saúde, aos contribuintes individuais e cooperados que prestam serviços aos contratantes dos planos de saúde que a empresa comercializa.

A ação foi julgada favorável à empresa pelo STJ, o qual entendeu que não incide contribuição previdenciária sobre os valores repassados pelas operadoras de plano de saúde aos médicos credenciados que prestam serviços aos seus clientes, tendo assim sido mantida a sentença proferida no caso:

"Diante do acima exposto JULGO PROCEDENTE o pedido da autora para declarar a ilegalidade da cobrança da contribuição previdenciária com base no art. 22, incisos III e IV da lei 8.212/91 e o crédito decorrente dessa declaração deverá ser atualizado pela TAXA SELIC sem o acréscimo de juros, uma vez que esse índice revela a um tempo atualização monetária e outro tempo juros, sendo certo que eventuais créditos ocorreram a partir de 1999, data que a lei 9.876 entrou em vigor, motivo pelo qual a referida taxa de atualização se impõe.

Pelos motivos acima DEFIRO A ANTECIPAÇAO, pois, a um só tempo, na fundamentação, consagrei o fumus boni iuris, bem como fundamento para a cognição exauriente. Quanto ao periculum in mora, este reside no processo penoso a que se submete o contribuinte, caso opte pela repetição do indébito. Nestes termos, com base no art. 151, inciso V do CTN suspendo a exigibilidade da cobrança ora questionada.

Condeno a União a reembolsar as custas processuais adiantadas (artigo 4º, parágrafo único, Lei nº 9.289/96), bem como ao pagamento de honorários advocatícios, os quais fixo em 10% do valor da causa, nos termos do artigo 20, §§ 30 e 40, do CPC."

A ação transitou em julgado em 15/jun./2016 e com a baixa dos autos para 1ª instância fomos intimados para dar início à execução de sentença, cujo prazo deve ser atendido até dia 28/out./2016, ao qual a entidade optou em desistir da execução judicial para utilizar o crédito reconhecido em compensação administrativa, crédito este que será compensado com débitos previdenciários vincendos que a empresa venha a ter.

8. Bens e Títulos a Receber

Está assim constituído:

	<u> </u>	Exercicios
	2018	2017
Títulos a Receber	1	24
Adiantamentos Diversos	-	29
Outros Bens e Títulos a Receber (i)	· <u></u>	71
Total	1	124

(i) Saldo a receber pela venda de bens do ativo imobilizado.





9. Depósitos Judiciais Fiscais

	Exercícios		
	2018	2017	
Depósitos Judiciais e Fiscais - Tributos (i)	1.771	1.570	
Depósitos Judiciais e Fiscais - Eventos	458	-	
Outros Depósitos - Trabalhista	300	-	
Outros Depósitos - Cíveis	455	270	
Total	2.984	1.840	

⁽i) Depósito judicial realizado em 2016, no valor de R\$ 1.570, para suspensão de execução fiscal da RFB, decorrente de tributos federais dos exercícios de 1999 a 2003, a qual a entidade entende como prescritos.

10. Investimentos

Imóvel não utilizado nas atividades da entidade classificado como Propriedade para Investimentos.

11. Imobilizado

	()				Exercícios
				2018	2017
	Taxa Deprec.	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		687	-	687	1.452
Edifícios	4%	4.067	(668)	3.399	4.237
Veículos	20%	91	(60)	31	42
Equipamento de informática	20%	2.056	(1.007)	1.049	1.158
Máquinas e equipamentos	10%	659	(304)	355	429
Móveis e utensílios	10%	1.020	(401)	619	641
Imobilizações em Curso		568	-	568	-
Outras Imobilizações		1.981	(713)	1.268	1.528
Total	_	11.129	(3.153)	7.976	9.487

12. Intangível

					Exercicios
				2018	2017
	Taxa Deprec.	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Software	10%	7	(6)	1	3 ,
Total	_	7	(6)	1	3



г ..

13. Provisões Técnicas

		Exercícios
	2018	2017
Provisão de Prêmios/Contraprestações Não Ganha (i)	2.619	2.689
Provisão de eventos a liquidar (ii)	19.435	3.403
Provisão de eventos a liquidar SUS (iii)	6.725	6.673
Prov. para eventos ocorridos e não avisados (iv)	29.735	32.613
Total Curto Prazo	58.514	45.378
Provisão de eventos a liquidar SUS (iii)	225	760
Total Longo Prazo	225	760
Total	58.739	46.138

- (i) Provisão para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas: caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de Receita de Prêmios ou Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês. O saldo em dezembro de 2018 contempla os valores de contraprestação, cujo período de cobertura ultrapassa o fechamento do balanço;
- (ii) Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos (PESL). O registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança às operadoras;
- (iii) Provisão para garantia de eventos referentes a débitos de ressarcimento ao SUS, informados pela ANS, registrados contabilmente e ainda não pagos (PESL/SUS): A IN Conjunta ANS nº 05/11 determinou a forma de contabilização dos montantes devidos de ressarcimento ao SUS a partir de 30/set./2011. Os valores classificados no passivo não circulante referem-se ao montante correspondente as parcelas com vencimento em prazo superior a doze meses, do parcelamento de débito requerido junto a ANS em 26/nov./2012;
- (iv) Regulamentada pela RN 393/2015 da ANS, representa os eventos ocorridos, porém não avisados a operadora, cujo valor deve ser baseado em (i) cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS, ou (ii) na ausência de nota técnica aprovada pela ANS utilizar 8,5% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses ou 10% dos eventos indenizáveis conhecidos, no caso das OPS de pequeno e médio porte, dos dois o maior. Destacamos que a exigibilidade de provisão contábil iniciou-se em janeiro de 2008. A entidade adotou metodologia própria autorizada pela ANS para cálculo da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados PEONA.

14. Tributos e Encargos Sociais a Recolher

	Exercicios
2018	2017
535	316
610	524
220	140
1.308	1.238
2.673	2.218
	535 610 220 1.308



15. Débitos Diversos

	S-	Exercicios
	2018	2017
Obrigações com Pessoal	1.934	1.864
Fornecedores	127	165
Total	2.061	2.029

16. Provisões Para Ações Judiciais

A entidade constitui provisão para contingências com base na opinião de seus assessores jurídicos externos. Com isso, a entidade provisiona a totalidade dos processos classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas processuais. Os saldos provisionados estão demonstrados a seguir:

	2 0 .	Exercícios
	2018	2017
Contingências Cíveis	388	995
Provisão p/ Multas ADM-ANS	850	(a-1)
Total	1.238	995

A entidade também possui processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis, na opinião de seus consultores jurídicos. A entidade não provisiona os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga, conforme segue:

		Exercícios
	2018	2017
Cíveis (i)	11.123	11.506
Multas ANS (ii)	2.990	
Total	14.113	11.506

- (i) Basicamente, questões contratuais, como carência, cancelamentos de contratos, exclusão de cobertura e doenças preexistentes, danos materiais e morais, repetição de indébito e medidas cautelares;
- (ii) Valores garantidos por apólice de seguro.

17. Despesas de Comercialização

Despesas com comissões a corretores pela venda de planos de assistência médicohospitalar e odontológica. No exercício de 2018, as despesas de comercialização totalizaram R\$ 19.971 (R\$ 20.200 em 2017).



18. Despesas Administrativas

	2018	Exercícios 2017
Pessoal	27.018	25.633
Serviços de terceiros (i)	19.691	18.491
Localização e funcionamento (ii)	8.675	8.719
Publicidade e propaganda	2.471	4.413
Tributos (iii)	2.822	2.820
Outras	2.308	2.868
Total	62.985	62.944

- (i) Serviços advocatícios e de consultoria, entre outros;
- (ii) Utilização e manutenção das instalações da entidade, como luz, água, serviços de manutenção, segurança, etc;
- (iii) Impostos e contribuições, exceto aqueles diretamente calculados sobre o faturamento.

19. Resultado Financeiro

		Exercícios
Despesas financeiras	2018	2017
Operações de assistência a saúde (i) Juros S/Capital Próprio	(295) (1.400)	(633)
Outras (ii)	(535)	(866)
Subtotal Receitas financeiras	(2.230)	(1.499)
Recebimentos em atraso	1.303	334
Aplicações financeiras Outras	4.534	6.010
	1.595	179
Subtotal	7.432	6.523
Total líquido	5.202	5.024

- (i) Está representada por despesas relacionadas a descontos concedidos e outras; e
- (ii) Está representada basicamente por despesas com juros de empréstimos e financiamento, juros sobre capital próprio e operações com IOF.

20. Patrimônio Líquido

20.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$ 33.220 (trinta e três milhões, duzentos e vinte mil reais), representado por 2.000 (dois milhões) de quotas no valor nominal de R\$ 16,61 cada uma, de totalidade de sócios residentes e domiciliados no País.



20.2 Resultado do Exercício

O montante do lucro do exercício findo em 31/dez./2018 foi de R\$ 15.461 e R\$ 4.208 em 31/dez./2017.

20.3 Juros Sobre o Capital Próprio

Neste exercício ocorreu pagamento de Juros sobre Capital Próprio, nos termos da Lei nº 9.249/95, totalizando o montante de R\$ 1.400.

20.4 Distribuição de Lucros

No presente exercício foi destinado aos sócios a título de distribuição de lucros o montante de R\$ 1.644. Em 2017 os lucros distribuídos aos sócios foram de R\$ 1.188.

20.5 Reserva de Lucros

O saldo em Reserva de Lucros no exercício é de R\$ 16.392, mesmo saldo de 2017.

21. Conciliação do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais pelo Método Indireto

	2018	<u>2017</u>
RESULTADO DO PERÍODO	15.461	4.208
Ajustes p/ conciliação do resultado do período c/ geração/utilização de caixa das atividades operacionais:	7.903	7.642
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(2.878)	6.516
Provisão Para Perdas S/ Créditos"	6.961	-
Provisão para Contingências	3.959	135
Receita Imóvel Destinado a Renda	(15)	(12)
Despesa com Depreciação/Amortização	891	670
Resultado da Alienação de bens do Ativo Imobilizado	(1.015)	333
Resultado do Período Ajustado	23.364	11.850
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	(35.650)	(14.985)
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	13.705	(5.332)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.419	(8.467)